



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

ATA NÚMERO 245/XII/4.ª SL

21.abril.2015 – 15h00

Aos 21 dias do mês de abril de 2015, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 3, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Audição da Liga Portuguesa de Futebol por requerimento do PS sobre a existência em Portugal de inúmeros jovens jogadores estrangeiros, em situação de irregularidade de residência e de trabalho - **15h00**

5. Audiência ao Presidente do Centro de Informação de Biotecnologia - 16h00

6. Projeto de Lei n.º 832/XII/4ª, PS, Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define a regra as honras do Panteão Nacional

- **Apresentação na Comissão pelo autor (PS)**

7. Projeto de Lei n.º 832/XII/4ª, PS, Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define a regra as honras do Panteão Nacional

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Michael Seufert - CDS-PP

8. Petição n.º 472/XII/4ª da iniciativa de Maria de Fátima Marques Carvalho que “ Solicitam a criação, para os docentes em regime de monodocência que iniciaram funções em 1978/1979 e 1979/1980, de um regime de aposentação igual ao previsto na Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto”.

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado autor do parecer:** Agostinho Santa - PS

9. Petição n.º 499/XII/4ª da iniciativa de Vítor Cristiano Roque, “Denúncia sobre a gestão do Curso Profissional de Artes do Espetáculo, do Externato Delfim Ferreira”.

- **Apreciação da nota de admissibilidade**
- **Deputado (a) Relator (a):** PS

10.Requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP, para audição do Secretário de Estado da Administração Interna e elementos da Direção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para que prestem esclarecimentos sobre a fiscalização levada a cabo pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a clubes e associações desportivas, que permitiu identificar um número elevado de cidadãos estrangeiros que não possuem título de residência ou visto adequado à prática desportiva.

- **Apreciação e votação**

11.Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Secretário de Estado da Administração Interna e do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para que possam prestar esclarecimentos sobre a fiscalização levada a

cabo pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a clubes e associações desportivas, que permitiu identificar um número elevado de cidadãos estrangeiros que não possuem título de residência ou visto adequado à prática desportiva.

- **Apreciação e votação**

12. Outros assuntos

13. Data da próxima reunião

28 de abril de 2015

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) solicitou que os pontos 10 e 11 pudessem ser apreciados após a audição da Liga Portuguesa de Futebol Profissional, o que foi aceite.

Com esta alteração, a Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do BE.

2. Aprovação de ata

As atas n.ºs 242, 243 e 244, relativas às reuniões da Comissão de 8 de abril, 14 de abril e 15 de abril, respetivamente, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e PEV, registando-se a ausência do BE.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente informou que baixou à Comissão, para apreciação na especialidade, o [Projeto de Lei n.º 869/XII/4ª, PSD e CDS-PP, que Estabelece a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade, procedendo à primeira alteração à Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto](#), tendo sido acordada seguinte metodologia de trabalho:

- Pedido de parecer às entidades do setor - até 4 de maio;
- Apresentação de propostas de alteração pelos Grupos Parlamentares - até 10 de maio;
- Distribuição do mapa comparativo - 11 de maio;
- Discussão e votação na especialidade - reunião de 12 de maio;
- Votação global no Plenário - 15 de maio.

3.2. Comunicou que baixou novamente à Comissão, a pedido do proponente, o [Projeto de Resolução n.º 1291/XII, PS, Recomenda ao Governo que promova a abertura do procedimento de classificação do atual "Museu de Aveiro" para "Museu Nacional de Aveiro"](#). Tendo o PS solicitado a discussão na Comissão, foi a mesma agendada para a reunião de 28 de abril.

3.3. Foi apreciada a comunicação dos subscritores da [Petição n.º 476/XII/4.ª](#), sobre a falta de financiamento, desde novembro de 2014, às escolas do ensino artístico, tendo sido deliberado agendar o relatório da Petição para a reunião de 28 de abril, apesar da ausência de resposta por parte do Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

3.4. Foram apreciados os relatórios abaixo, não se tendo registado quaisquer observações sobre os mesmos:



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

- Relatório da audiência ao CEFITEC, pelo Grupo de Trabalho da Ciência;
- Relatório das visitas do Grupo de Trabalho dos Currículos à Escola Josefa de Óbidos e ao Agrupamento de Escolas da Apelação;
- Relatório da audiência a representantes das Associações de Pais do Agrupamento de Escolas das Taipas, pelo Grupo de Trabalho da Educação Especial;
- Relatório da audiência ao Sindicato Nacional dos Psicólogos, pelo Grupo de Trabalho da Indisciplina em Meio Escolar;
- Relatório da audiência da Federação Portuguesa de Judo, pelo Grupo de Trabalho do Desporto;

Foi ainda apreciado o relatório da visita ao Laboratório Nacional de Energia e Geologia, pelo Grupo de Trabalho da Ciência, tendo sido deliberado remeter cópia do mesmo às Comissões de Economia e Obras Públicas e Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, que tutelam a área.

- 3.5. Foi ainda apreciado o programa da Conferência Currículos e Autonomia, organizada pelo Grupo de Trabalho dos Currículos, não se tendo registado qualquer observação sobre o mesmo.

4. Audição da Liga Portuguesa de Futebol por requerimento do PS sobre a existência em Portugal de inúmeros jovens jogadores estrangeiros, em situação de irregularidade de residência e de trabalho - 15h00

O Sr. Presidente da Comissão apresentou as boas-vindas aos representantes da Liga Portuguesa de Futebol Profissional - Dr. Luís Vieira Duque (Presidente) e Dr. João Martins (Vogal da Comissão Executiva) – tendo efetuado um breve enquadramento do contexto em que a audição foi agendada.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) apresentou o requerimento e fez referência aos casos detetados pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), relativamente a atletas estrangeiros em situação irregular de residência e de trabalho em Portugal. Reconhecendo que no âmbito da Liga serão menos os casos que no âmbito do restante futebol, colocou algumas questões, nomeadamente sobre se a Liga dispõe de informação sobre as intervenções do SEF, sobretudo no que se refere aos resultados das mesmas, se a Liga toma alguma diligência junto dos seus clubes e ainda se nos contratos de trabalho dos atletas está prevista a condição da situação legal em Portugal.

O Sr. Presidente da Liga agradeceu o convite da Comissão e afirmou que a Liga sente obrigação de colaborar nesta matéria, até porque têm deveres públicos delegados. Referiu também que já existia um trabalho de colaboração com o SEF, mesmo antes destas questões virem a público.

Fez, de seguida, uma exposição, que se encontra disponível num documento entregue e que pode ser consultado na [página internet da Comissão](#).

Interveio, de seguida o Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD), que fez um breve enquadramento do trabalho que está a ser levado a cabo pela Comissão, neste âmbito, e colocou algumas questões, nomeadamente sobre as sanções previstas pela Liga para o caso de algum dirigente ser condenado, sobre as diligências que têm sido tomadas com as instâncias europeias para resolver estas questões e ainda sobre a forma de melhorar ou evitar estas situações.

O Sr. Deputado Artur Rêgo (CDS-PP) começou por lembrar que a realidade da Liga é bastante diferente da realidade do restante futebol português e questionou os representantes da Liga sobre se existe diálogo com a Federação Portuguesa de Futebol, neste âmbito, sobre um eventual trabalho conjunto quanto ao controlo da entrada dos jogadores e verificação das condições em que chegam e terminou, pedindo a posição dos dirigentes da Liga sobre a diferenciação de tratamento no que se refere ao estatuto de amador e profissional.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) disse registar com agrado a posição assumida pelo Presidente da Liga e, relativamente ao comunicado do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, perguntou se a Liga tinha conhecimento dos clubes ou dos atletas envolvidos, se foi aplicada alguma sanção e se estão já resolvidas as situações irregulares.

Respondendo às questões, os representantes da Liga afirmaram não dispor de informações sobre o resultado das operações do SEF, pese embora reconheçam que essa informação poderia ajudar a perceber o que falhou.

Afirmaram que a maioria dos problemas reside no futebol amador, sendo que a Liga não tem problemas graves ao nível do tráfico de atletas, existindo apenas casos de irregularidades na obtenção de visto.

Referiram-se ainda ao Regulamento dos Intermediários e às recentes alterações de que foi alvo, entendendo que o processo de registo dos agentes é agora mais exigente, não devendo a questão do tráfico de atletas ser associado aos agentes registados.

A documentação da audição, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

5. Requerimento apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD e CDS-PP, para audição do Secretário de Estado da Administração Interna e elementos da Direção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para que prestem esclarecimentos sobre a fiscalização levada a cabo pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a clubes e associações desportivas, que permitiu identificar um número elevado de cidadãos estrangeiros que não possuem título de residência ou visto adequado à prática desportiva.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) anunciou que retirava o requerimento do PS sobre esta mesma matéria (ponto 6), visto que o requerimento do PSD e CDS-PP previa já a presença de elementos da Direção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Após uma breve apresentação do requerimento, pelo Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD), foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP, registando-se a ausência dos Deputados do BE e do PEV.

6. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para audição do Secretário de Estado da Administração Interna e do Diretor Nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), para que possam prestar esclarecimentos sobre a fiscalização levada a cabo pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), a clubes e associações desportivas, que permitiu identificar um número elevado de cidadãos estrangeiros que não possuem título de residência ou visto adequado à prática desportiva.

Retirado.

7. Audiência ao Presidente do Centro de Informação de Biotecnologia - 16h00

O Presidente do Centro de Informação de Biotecnologia (CiB), Professor Manuel Pedro Fevereiro, estava acompanhado pela Doutora Rita Caré.

Em primeiro lugar, enquadrou a matéria, referindo que a adoção e comercialização de sementes e produtos alimentares de plantas melhoradas com recurso à engenharia genética (organismos geneticamente modificados/OGM) é uma questão que tem gerado polémica, mas defendeu que o conhecimento científico atual tem dados que permitem concluir que o risco inerente não é superior à utilização de outras tecnologias.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Indicou que a nível europeu foi estabelecida uma moratória para aceitação de OGM e que a Agência Europeia da Segurança Alimentar já deu parecer positivo, mas as instituições comunitárias resolveram não regular a matéria em termos comunitários, tendo transferido a responsabilidade em relação à adoção de OGM para os Estados membros. Indicou que tinha também sido transferida a decisão a nível da importação de matérias com OGM, particularmente, a soja e o milho.

Informou ainda que a Comissão Europeia pretendia rever a Diretiva sobre a matéria. Assim, considerou que o conhecimento científico estava a ser minorizado face a outras áreas e que se invocava o princípio da precaução para não se decidir, estando as decisões a ser tomadas sem base naquele tipo de conhecimento.

Referiu que em Portugal era aceite o milho resistente a insetos, tendo realçado as vantagens para os agricultores e indicado que o mesmo era utilizado a nível de rações, sem efeitos negativos, a nível da saúde animal.

Manifestou ainda preocupação com a forma como estas matérias eram abordadas no ensino básico e secundário, com deficiências científicas a nível dos manuais, com maior realce para a vertente ética e sem base científica, nomeadamente a nível da biologia e com deficiências na formação dos professores.

Referiu depois o efeito da situação em relação aos OGM na investigação na área, tendo indicado que a ferramenta só era aceite em estudos fundamentais e não era praticamente possível usá-la em ensaios de campo, agrícolas.

Salientou que era uma tecnologia com impacto além da aplicação do conhecimento científico e considerou lamentável que as decisões não tivessem por base aquele tipo de conhecimento, defendendo que se verificava uma falha em termos de comunicação de ciência e um menor conhecimento em relação à matéria.

Realçou que a não utilização de OGM condicionava a competitividade dos agricultores europeus, diminuía a capacidade de aumento da produção e de melhor qualidade e criava desequilíbrios em relação ao resto do mundo. Por último, salientou que a área com OGM ia aumentar a nível mundial, com prejuízo para Portugal.

Interveio depois a Deputada Nilza de Sena (PSD), que referiu o facto do Presidente do CiB ter remetido para a fraca literacia na matéria e realçou depois que a biotecnologia acompanhava o Homem desde sempre, inicialmente numa forma clássica, posteriormente até com aplicação em vacinas e antibióticos e na sua vertente moderna com OGMs.

Realçou depois que se verificava uma desconfiança em relação aos OGM à escala europeia, em contraponto à posição liberal na América e perguntou como se podia educar para a biosegurança e a nível dos ensinos básico e secundário para a cultura científica, para além das questões de ética.

Equacionou ainda como reduzir a avaliação restritiva ao produto e se só estava em causa um preconceito ou se havia algum risco do ponto de vista alimentar.

O Deputado Acácio Pinto (PS) realçou o ceticismo da sociedade europeia e considerou que devia haver abertura à ciência, para se vencerem os problemas. Partindo dos preconceitos indicados de resistência à abertura a OGM, referiu que eventualmente advinham das escolas. Nessa sequência, pediu uma proposta para um novo modelo para as escolas, nomeadamente, a nível de currículos e de formação de professores, para se alterar a visão face a OGM.

Referiu depois os cuidados das instituições europeias, atirando a decisão sobre a matéria para os Estados membros e questionou por que não levar em conta a ciência na adoção de OGM, tendo pedido a indicação de um caminho para superar o facto de não se acreditar naqueles.



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

O Deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que no campo político os OGM são polémicos e informou que o CDS-PP tinha vindo a votar contra as limitações à utilização daqueles. Manifestou depois concordância com o facto de as instituições europeias terem remetido a decisão para os Estados membros.

Realçou que os currículos e manuais do ensino básico e secundário eram matéria da competência do Governo e enfatizou que muitas vezes o conhecimento passava da investigação para a aplicação, de cima para baixo.

Face à indicação do Presidente do CiB de que era quase impossível realizar ensaios de campo, perguntou que limitações existiam e o que se podia fazer.

Em resposta às questões e observações colocadas, o Presidente do CiB referiu a relevância da biotecnologia tradicional e da moderna e realçou que só na área da agricultura a biotecnologia era questionada.

A título de exemplo, referiu que atualmente toda a insulina utilizada era resultante da biotecnologia e isso era comumente aceite, o mesmo acontecendo com as enzimas recombinantes no pão industrial, realçando que a produção de biotecnologia nestes 2 níveis não era questionada, mas a utilização na produção de alimentos já o era.

Realçou que parte da sociedade europeia duvida do conhecimento científico e utiliza outros, tendo discordado disso. Defendeu que a ciência permitia mais bases de sobrevivência para a espécie humana, tendo enfatizado que a aplicação à medicina permitiu que em 100 anos fosse duplicada a esperança de vida.

Manifestou também preocupação por na Europa a utilização do conhecimento científico para a produção de alimentos ser posta em causa e pela forma de lecionação, bem como pelos manuais escolares do ensino básico e secundário em relação a esta matéria. Realçou que os manuais utilizam uma abordagem com incidência na vertente ética e que os jovens naquela faixa etária eram pouco formados para questões éticas, pelo que a mensagem não era facilmente perceptível.

Salientou depois que a formação de professores era relevante e enfatizou o facto de atualmente os professores terem de pagar a formação contínua. Em relação à forma como podia ser feita a comunicação nas escolas, referiu que havia uma relação entre os manuais e o que era transmitido pelo professor, salientando a necessidade de mais formação e escolas de formação.

Transmitiu ainda discordância em relação à transferência para os Estados membros da decisão sobre a importação e cultivo de OGM, salientando que isso criava problemas a nível da livre circulação de bens no espaço europeu, com efeitos a nível da competitividade dos vários países, no âmbito da produção e comercialização, tendo dado com exemplo as rações.

A terminar, o Presidente da Comissão pediu propostas visando a alteração da situação, particularmente para o ensino básico e secundário.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível na [página internet da Comissão](#).

8. [Projeto de Lei n.º 832/XII/4ª, PS](#), Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define a regra as honras do Panteão Nacional

O Projeto de Lei foi apresentado pelo Deputado Pedro Delgado Alves (PS), que referiu que o objetivo era atribuir ao Mosteiro dos Jerónimos o estatuto de Panteão, como tinha acontecido com a Igreja de Santa Cruz, para honrar as personalidades que estavam lá (tendo feito a sua

identificação), realçando que era um ato simbólico e um traço de reconhecimento às personalidades em causa.

9. [Projeto de Lei n.º 832/XII/4ª, PS](#), Segunda alteração à Lei n.º 28/2000, de 29 de novembro, que define a regra as honras do Panteão Nacional

O autor do parecer, Deputado Michael Seufert (CDS-PP), fez a respetiva apresentação, tendo referido que o Projeto de Lei reunia as condições para subir a Plenário e os Grupos se pronunciarão naquela sede.

O parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP do BE e do PEV.

10. [Petição n.º 472/XII/4ª da iniciativa de Maria de Fátima Marques Carvalho](#), que Solicitam a criação, para os docentes em regime de monodocência que iniciaram funções em 1978/1979 e 1979/1980, de um regime de aposentação igual ao previsto na Lei n.º 77/2009, de 13 de agosto”.

O autor do relatório final da petição, Deputado Agostinho Santa (PS) fez a respetiva apresentação, após o que o mesmo foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP do BE e do PEV.

11. [Petição n.º 499/XII/4ª da iniciativa de Vítor Cristiano Roque](#), “Denúncia sobre a gestão do Curso Profissional de Artes do Espetáculo, do Externato Delfim Ferreira”.

Apreciada a nota de admissibilidade, foi admitida a petição nos termos propostos por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS e CDS-PP, registando-se a ausência dos Deputados do PCP do BE e do PEV.

O Deputado Acácio Pinto (PS) informou que o PS indicaria posteriormente o Deputado relator.

12. Outros assuntos

O Deputado António Cardoso (PS) referiu que tinha recebido um convite, através do Gabinete da Presidente da Assembleia da República, para participar no Fórum do Treinador de Futebol/Futsal, a decorrer em Santarém, nos dias 27 e 28 de abril, que considerou relevante e perguntou se havia autorização para participar no mesmo.

O Presidente da Comissão referiu que a questão devia ser equacionada no Grupo de Trabalho do Desporto e depois apresentada pelo respetivo Coordenador, tendo informado que iria falar com ele sobre o assunto.

13. Data da próxima reunião

28 de abril de 2015

A reunião foi encerrada às 17:20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Palácio de São Bento, 21 de abril de 2015

O PRESIDENTE

(Abel Baptista)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Educação, Ciência e Cultura

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Carlos Enes
Duarte Marques
Heloísa Apolónia
Isilda Aguincha
João Prata
Margarida Almeida
Maria da Conceição Caldeira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Nilza de Sena
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rita Rato
Rui Pedro Duarte
Agostinho Santa
António Cardoso
Jacinto Serrão
Laurentino Dias
Maria Gabriela Canavilhas

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Amadeu Soares Albergaria
Elza Pais
Inês de Medeiros
Luís Fazenda
Odete João

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Maria Conceição Pereira